

Hoje nós estamos com uma das portas-vozes que tem liderado o debate super importante sobre a PL 2630, o Projeto de Lei sobre Regulamentação das Plataformas, a Bia Barbosa, que é jornalista, especialista em liberdade de expressão, internet e direitos humanos, integrante da famosa CDR, Coletivo Direitos na Rede, e do Coletivo Gira Com, Direito à Comunicação e Democracia, e também, não menos importante, conselheira do CGI, que é o Comitê Gestor da Internet do Brasil. Fala, Bia, tudo bom? Oi, Nina, tudo bem? Oi, todo mundo. Super obrigada pelo convite, assunto quentíssimo, vamos nessa.

Bom, Bia, já vou começar com a primeira pergunta em relação ao que é e o que significa esse Projeto de Lei, a PL 2630. Também queria que você comentasse um pouco sobre a importância da sociedade nesse debate, mesmo que seja um tema difícil e que ainda não está sendo disseminado da melhor forma, eu acho que aqui é um espaço para a gente tentar trazer a sociedade para esse debate, ou pelo menos provocá-las a fazer boas perguntas sobre o Projeto de Lei, o PL 2630. Super importante, Nina, e o espaço, sem dúvida, é fundamental para a gente ampliar primeiro as informações sobre o Projeto de Lei, mas principalmente convidar as pessoas a se engajarem nesse processo de votação que ainda está em curso, a gente ainda está numa reta final da discussão sobre o projeto na Câmara dos Deputados, mas sempre é tempo e nunca é tarde para a gente engajar mais setores, mais organizações, mais pesquisadores, mais ativistas, a sociedade em geral nessa discussão que é tão relevante para a nossa democracia. A primeira coisa que eu queria comentar é que o Projeto 2630, já fazendo uma conexão com algumas das desinformações que estão circulando bastante sobre o texto, é que esse não é um projeto de lei do governo federal. É um projeto que nasce em 2020, no meio da pandemia, por uma proposição do senador Alessandro Vieira, que hoje está no PSDB do estado de Sergipe, e esse projeto é aprovado com muita rapidez no Senado Federal, principalmente em função da onda de desinformação que acontecia naquele momento sobre a própria Covid-19. Só que esse projeto, pelo fato dele ser de cara já bastante complexo e ter tido quase nenhum espaço de discussão no âmbito do Senado, naquele momento o Congresso, por exemplo, não estava funcionando, as comissões não estavam se reunindo, tudo estava sendo votado remotamente por conta da pandemia, o Senado discutiu muito rapidamente o texto e enviou para a Câmara. Na Câmara dos Deputados, então, em 2020, já começou uma ampla discussão sobre esse projeto. Foram realizados dois ciclos de audiências públicas que ouviram mais de 150 pessoas dos mais diferentes setores, as empresas, as plataformas, pesquisadores, comunidade técnica, organizações de defesa de direitos humanos, jornalistas, enfim, nós, pela Coalizão de Direitos na Rede, participamos ativamente desse processo. E isso foi o que permitiu que o texto melhorasse muito, daí a importância, sim, da sociedade ser ouvida nessas discussões e não só quem tem os seus interesses econômicos diretamente atingidos pelo texto, no caso das plataformas digitais, porque é isso que permite a gente construir uma lei equilibrada para regular as plataformas de redes sociais. E o projeto, nesse processo de discussão ao longo da Câmara, ele evoluiu bastante e ele deixou de ser uma lei para tratar de fake news, como ele ficou apelidado, como pele das fake news, e ele se constituiu num projeto muito mais para pensar a arquitetura e a estrutura das plataformas de redes sociais, serviços de mensageria e ferramentas de busca, no

sentido de estabelecer deveres de transparência, de responsabilidade e principalmente de liberdade de expressão. Então, aqui eu entro numa outra desmistificação aí do projeto, que muito tem sido dito que esse projeto vem para censurar a liberdade de expressão. É exatamente o contrário. Esse projeto vem para garantir que a moderação de conteúdo que acontece por parte das plataformas hoje e que é importante de acontecer, que ela possa continuar acontecendo, mas que ela seja feita com regras democráticas, plurais, que o usuário, quando tem um conteúdo seu moderado, seja bloqueado, seja o seu alcance reduzido, ou até uma conta excluída, ele saiba exatamente qual foi a regra da comunidade ali daquela plataforma que foi infringida. Ele tenha condições de rapidamente apelar dessa decisão se ele não concordar com a interpretação que foi feita por parte da plataforma. E aí vale a gente lembrar que boa parte da moderação desses conteúdos, boa parte não, quase a totalidade, é feita exclusivamente de maneira automatizada, porque o volume de conteúdo que circula é tão grande que as plataformas precisam fazer isso de maneira automatizada. E, inclusive, o projeto traz uma perspectiva de que se as plataformas abusarem na sua moderação de conteúdo, e isso gerar um cerceamento da liberdade de expressão prevista nos termos de uso das plataformas, e de acordo com a legislação em vigor do país, as plataformas podem ser responsabilizadas por isso também. Então, ao contrário do que tem sendo dito, esse é um projeto para promover também a liberdade de expressão nas redes sociais e nos serviços de mensageria. O problema é que regular a plataforma não é uma questão simples, o mundo inteiro está discutindo isso, o mundo inteiro está debatendo essa questão, e são interesses muito poderosos que estão envolvidos nesse universo da regulação, do funcionamento das plataformas, porque a partir do momento que você cria novas obrigações para as plataformas, você está gerando custo para elas, e aí empresas que operam a partir da perspectiva do lucro vão sempre, e isso é natural em qualquer setor, em qualquer mercado, vão resistir à regulação que reduz as suas perspectivas de lucro, ou que faça elas terem que gastar mais para poderem continuar funcionando de acordo com a nova legislação que venha a ser aprovada. Então, vai ter necessariamente uma resistência das plataformas, isso a gente já sabia. Só que a gente está fazendo essa discussão num contexto extremamente polarizado do debate político no Brasil, em que a gente tem uma extrema direita organizada, mobilizada, que soube aproveitar todas essas brechas que existem do ponto de vista do funcionamento das plataformas, que favorece a distribuição de conteúdos, que gera o engajamento, que favorece conteúdos, digamos, extremistas, que prendam a atenção dos usuários ali dentro para que eles passem o máximo tempo possível dentro daquela rede social. A extrema direita, não só no Brasil, no mundo inteiro, soube usar isso muito bem e construiu no ambiente das redes sociais um espaço fundamental para a sua sustentação política e para a sua consolidação política, inclusive do ponto de vista eleitoral no Brasil. Então, a gente teve um desafio, a gente está enfrentando um desafio enorme, que é uma resistência econômica dessas plataformas que querem continuar defendendo somente os seus mecanismos de autorregulação, que a gente sabe que já geraram enormes desafios para a nossa democracia e enormes prejuízos, inclusive do ponto de vista de conteúdos de violência, de discurso de ódio, de racismo, de machismo, de incitação à violência, a gente teve todo o episódio da violência nas escolas com as crianças agora, a organização dos atos que tentaram dar um golpe no dia 8 de janeiro em Brasília, a autorregulação

das plataformas não deu conta de responder a isso da maneira necessária. Somado a tudo isso, uma forte grita organizada, arquitetada da extrema direita, que também tem a sua representação no Parlamento Brasileiro, que taxou o PL 2630 de UPL da censura. E a hora que juntou essas duas coisas, ficou muito difícil aprovar o projeto de lei. E a gente está exatamente nesse momento da discussão do Congresso Nacional, entendendo como que é possível, de um lado, desmistificar a campanha de desinformação que está sendo feita por parte de diferentes setores contra o projeto de lei, mas também entendendo que tem melhorias que podem ser feitas, que é importante de serem feitas no projeto, justamente para que setores que ainda não estão convencidos da importância da regulação possam se somar a um conjunto de parlamentares e a gente conseguir, no final das contas, a aprovação do projeto. Desculpa se eu me estendi demais. Não, Bia, foi ótimo, foi ótimo. É sempre muito bom trocar com você. Eu acho que é aprender também como que a gente consegue falar sobre esses assuntos difíceis de uma forma acessível. E ouvindo você durante a sua fala, você trouxe muito a importância da gente conseguir separar a dificuldade de regular plataformas da dificuldade de regular conteúdo, da moderação de conteúdo que já acontece, mas nós não temos transparência sobre quais são os critérios para você tirar, remover um perfil, para você remover um post, enfim, para aceitar denúncias. Eu lembro que durante as últimas eleições nós tínhamos um ataque de manada em determinados perfis contrários ao governo anterior, de que pessoas se juntavam mesmo para derrubar o perfil e conseguiram derrubar porque você não tinha critérios bem definidos para entender quando acontece um ataque de manada sem necessariamente ter uma justificativa plausível para derrubar daquele perfil. Então, fiquei pensando muito nesse período eleitoral. Quando você traz também que a pré-eleição começou a ser pensada durante a pandemia, que foi um período muito confuso para conseguir fazer um debate de qualidade sobre isso. E agora nós estamos justamente nesse momento, como você trouxe agora no final, de entender que nós temos críticas e nós entendemos que devem ser feitas melhorias nesse projeto de lei, mas essas melhorias pós-aprovação. Então, queria que você comentasse um pouco sobre isso, porque os grupos bolsonaristas estão usando bastante essas críticas e essas melhorias que nós estamos pontuando da a PL para argumentar do porquê ela não deveria ser aprovada. Então, se você pudesse escolher ou filtrar quais as melhorias que nós devemos levar em consideração para esse debate e que mesmo com essas pontuações nós devemos realmente lutar pela aprovação da APL 2630. Então, Nina, primeiro acho que é importante a gente dizer que é fundamental aprovar esse texto, porque a gente está vivendo um contexto de uma fragilidade de riscos importantes da nossa democracia e a liberdade de expressão e a proteção dos direitos humanos na nossa sociedade, que mostram que se a gente seguir com as plataformas funcionando como elas estão funcionando hoje, se as redes sociais seguirem implementando esses termos de uso da mesma maneira que elas vêm fazendo nos últimos anos, esses problemas vão se potencializar ainda mais e a gente não vai dar conta de superar esses desafios. A gente não precisa esperar uma nova eleição para saber que as plataformas vão ser usadas para fortíssimas campanhas de desinformação, a gente não precisa de um novo atentado, como aconteceu no dia 8 de janeiro em Brasília, para saber que as plataformas vão continuar sendo usadas por grupos extremistas para se organizarem e desestabilizar governos

democraticamente eleitos, a gente não precisa de uma nova pandemia para ver as pessoas morrendo porque não quiseram tomar vacina, então são questões urgentes que a gente precisa enfrentar e está claro que a autorregulação das plataformas não é suficiente para isso, então precisamos dar um passo nessa regulação. E o projeto de lei me parece que ele é um projeto de lei que depois de todos esses três anos de discussão na Câmara dos Deputados, ele pôde ser aprimorado para se transformar num projeto de lei equilibrado. E esse projeto de lei não prevê de maneira nenhuma que as plataformas vão ser obrigadas a derrubar uma quantidade enorme de conteúdos, o que seria muito danoso para o legítimo exercício da liberdade de expressão, mas elas vão precisar atuar de uma maneira mais responsável para coibir isso que a gente chama de riscos sistêmicos do seu modelo de negócios. E é algo que a gente não está inventando aqui no Brasil, a inspiração é claramente da lei que acabou de ser aprovada pela União Europeia, que está sendo implementada pelos países europeus agora, que fala do dever das plataformas enfrentarem riscos sistêmicos ao seu modelo de funcionamento. Então, se as plataformas querem continuar com um modelo que gere engajamento, que promove engajamento, que faça com que as pessoas fiquem lá dentro, elas têm que ao mesmo tempo olhar para determinados conteúdos que podem operar nesse modelo e nessa arquitetura e trazer riscos à democracia. Então, o projeto, por exemplo, ele prevê que as plataformas tenham que periodicamente apresentar relatórios para dizer o que elas estão fazendo para minimizar esses riscos sistêmicos a direitos fundamentais que o seu modelo de negócio pode vir a trazer. Então, esse é um dever importante que está no projeto de lei e que não é uma coisa que a gente está inventando aqui no Brasil, isso está sendo implementado em outros países e ninguém está falando que a internet está sendo censurada lá na Europa. Outro dever importante que as plataformas passam a ser responsabilizadas nesse texto e que nos parece também bastante razoável é sobre os conteúdos pagos e impulsionados, sobre os anúncios, sobre as monetizações que acontecem. Hoje, pelo regime de responsabilidade que a gente tem vigorando no marco civil da internet e é importante que esse regime seja mantido dessa maneira porque ele promove a liberdade de expressão, as plataformas só são responsabilizadas por um conteúdo de um usuário postado se elas receberem uma ordem judicial para remover esse conteúdo e não removerem esse conteúdo. Aí elas passam a ser corresponsáveis junto com o usuário por eventuais danos que esse conteúdo traga. Na nossa avaliação, isso foi uma proposta que a gente levou para o relator e outros setores também levaram, se as plataformas ganham dinheiro com determinados conteúdos, portanto, se eu pago para publicar um conteúdo, se eu pago para impulsionar um conteúdo, se eu monetizo uma live e uma parte desse conteúdo vai para a plataforma também, nada mais justo que elas também sejam responsáveis por esse conteúdo. Então, elas vão ter que ter um olhar mais cuidadoso para os conteúdos que são pagos e impulsionados. E nesse caso, se esses conteúdos estiverem violando direitos fundamentais, incitando a violência, violando o direito de crianças e adolescentes, atentando contra o estado democrático de direito, as plataformas vão ser corresponsabilizadas por esse tipo de conteúdo. E aí isso vai exigir delas uma atenção maior. Também nos parece razoável essa mudança no atual regime de responsabilidade para que esses riscos sistêmicos possam ser cuidados de uma maneira mais frequente pelas plataformas e para que quando for um caso de impulsionamento da plataforma lucrar com isso, ela seja responsável

também e não só o usuário que postou aquele conteúdo. O projeto também avança muito quando ele prevê a obrigação das plataformas apresentarem relatórios de transparência. Hoje, você comentou, a gente tem um cenário em que o funcionamento das plataformas é completamente opaco. A gente não só não sabe por que o conteúdo foi moderado, por que a conta foi derrubada, mas a gente não sabe quantas contas foram derrubadas, quantos vídeos foram impulsionados, quanto que a plataforma lucrou, quantos usuários ela tem no Brasil, quantas pessoas estão fazendo moderação de conteúdo e falam português na empresa, porque a moderação de conteúdo ela precisa em última instância passar por uma revisão humana, se houver um questionamento, e aí se a equipe não fala português, não entende o contexto, como é que você lida com uma questão de análise de conteúdo, se você não tem funcionários que dominem o idioma em que esse conteúdo está sendo postado. Tudo isso vai precisar entrar no relatório de transparência, o que a gente acha que é um avanço do texto também. Agora, uma parte importante, entrando no que você falou sobre as críticas e o que a gente precisaria melhorar, uma parte importante da legislação, ela é passível de uma regulamentação posterior, ou seja, não vai estar tudo detalhado nos micro detalhes no texto da lei, até porque quando a gente regula a tecnologia, se a gente coloca absolutamente tudo na legislação, a tendência é que essa lei fique velha e ultrapassada muito rapidamente. Então a ideia é justamente que uma série de questões que não precisam ter um peso legal, que possam ter um peso infralegal abaixo da lei, por meio de um regulamento, possam ser feitas a posteriori. E esse é um grande tema que está em disputa no projeto nesse momento. Nós na Coalizão de Direitos na Rede, a gente tem defendido, e isso era a ideia inicial do relator também, a criação de um órgão regulador independente, autônomo, com participação social, para definir esses próximos passos, depois da aprovação da lei, para definir essas regulamentações que venham lá na frente. Só que houve uma gritaria muito grande no Congresso Nacional, quando o relator apresentou o texto prevendo essa criação desse órgão autônomo independente. Uma parte falou que não, que é um absurdo, porque o presidente Lula vai criar esse órgão e vai colocar todos os seus diretores novos para censurar os bolsonaristas, o que não é verdade, né? Porque toda a gente tem uma lei no Brasil que rege o funcionamento das agências reguladoras, que funciona para agências reguladoras de todos os setores diferentes, os diretores são sabatinados pelo Congresso Nacional, tem regra de autonomia, você não pode ter vinculação com o governo, tem uma série de mecanismos para garantir essa independência do governo de plantão. E principalmente quando a gente está falando de liberdade de expressão, é fundamental garantir essa liberdade, essa independência do governo de plantão. Porque você pode ter governos que são comprometidos com a democracia em um determinado momento, mas em outro momento pode ser que não. Então, a gente entende que tem uma tarefa posterior ao projeto, que é regulamentar vários desses aspectos e seria fundamental que essa regulamentação fosse feita por um órgão independente, autônomo e um órgão novo. Porque no Brasil a gente não tem nenhum órgão regulador com conhecimento e com expertise para tratar de temas relacionados a conteúdo, para tratar de temas relacionados a democracia, proteção de direitos fundamentais. Tem uma discussão acontecendo no Congresso nesse momento, se a Anatel deve ser essa agência, a Agência Nacional de Telecomunicações deve ser essa agência reguladora das plataformas digitais. Na nossa avaliação, não. A expertise da Anatel é regular

telecomunicações, infraestrutura, cabo, satélite, rede, não conteúdo. A gente precisa de um órgão específico para isso. Agora, tem um debate todo acontecendo se é o texto já vai trazer a previsão desse órgão ou isso vai ficar para depois. Na nossa avaliação esse é um dos temas mais importantes de ser resolvidos antes da votação do projeto, para que a gente possa ter uma lei que lá na frente de fato vai conseguir ser implementada. Porque esse órgão regulador, para além de detalhar vários aspectos que a lei está prevendo, ele também vai ser o espaço que vai fiscalizar a implementação da lei e vai sancionar as empresas, podendo dar multas, por exemplo, para as empresas se elas não cumprirem as normas que estão previstas no projeto de lei. Resultado, se você não tem isso, fica tudo para o judiciário julgar em última instância se as empresas estão cumprindo ou não o que a lei está dizendo. E aí com a velocidade que a gente tem, com a complexidade do funcionamento da internet e com a lentidão do nosso judiciário também, a tendência é que a lei não pegue. Então vai ser muito importante a gente dar conta de ter um órgão regulador também funcionando e sendo criado para pensar em como implementar a lei e garantir que ela seja de fato respeitada pelas empresas. Esse é um dos pontos que é crítico nesse momento e que deixa uma tarefa lá para frente para a gente poder olhar como vamos dar conta da lei pegar de verdade, usando uma expressão que a gente fala, se uma lei pega ou não no país. Eu gostei muito quando você traz esse panorama da demora para aprovar uma lei, porque o Marco Civil foi esse debate, se você participou melhor do que eu, foi esse debate que demorou anos, vai fazer 10 anos no ano que vem, mas muitos ativistas e muitas pessoas que estão hoje nas plataformas dizendo e pontuando que são contra a PL 2630, não participaram desse debate, não participaram desse contexto, então elas realmente ficam com essa ideia de que aprovou a lei e você não tem mais nada para fazer, nem de melhoria e nem de apresentar alternativas. Então vejo que há uma oportunidade no momento, se aproveitando até mesmo do espaço que as próprias plataformas disponibilizaram para a gente, de conseguir fazer com que os brasileiros se motivem a, pelo menos, buscar informações que façam sentido, informações verídicas sobre o tema. Eu estou insistindo nisso porque, mesmo que eu não esteja na linha de frente desse debate, nós estamos participando aí de reuniões, seminários, conversas paralelas, sempre tentando fazer os nossos pares, pelo menos, entrarem em um acordo em relação à PL 2630. E eu queria saber como que tem sido para você, que é uma das pessoas que está na linha de frente e que nós estamos, na verdade, numa disputa de narrativas. Como você colocou das responsabilidades agora que as plataformas podem vir a ter, se tivermos essa aprovação, elas estão usando de artifícios do seu próprio desenvolvimento, do artifício das suas próprias aplicações. No último feriado, do 1º de maio, elas se posicionaram, parece que foi orquestrado, foi uma estratégia pensada entre elas, de se posicionarem todas no mesmo dia, usando suas próprias plataformas. Então você teve ali a rede do... A rede não, né? A Big Tech do buscador, que eu não vou precisar citar nomes, que pontuou que se a PL fosse aprovada, paralisaria a internet. De certa forma, isso demonstra a falta de credibilidade que eles têm no conhecimento dos brasileiros em relação à diferença entre a internet e o web. Como tem sido para você lidar com uma desinformação que traz um contexto tão óbvio, mas que ainda faz com que muitas pessoas realmente acreditem que a internet no Brasil só existe por conta dessas Big Techs.

Pois é, e eu acho, Nina, que isso mostra o tamanho do problema que a gente tem pela frente, sabe? Porque você tem alguns países que você faz pesquisa de opinião e as pessoas acham, por exemplo, que a internet é o Facebook, ou que a internet é aquela ferramenta de busca. E isso é fruto justamente da enorme concentração de poder que aconteceu na última década em torno dessas grandes empresas. Quando a gente olha, por exemplo, um grupo como a Meta hoje, que é dona do Instagram, do Facebook e do WhatsApp, a gente está falando de três das maiores redes sociais e do serviço de mensageria mais utilizado no Brasil, isso é um poder econômico gigantesco que por si só a gente deveria pensar em regular. Tem todo um debate sobre concentração econômica dessas plataformas que é baseado numa concentração de dados nossos, dos nossos dados pessoais controlados por essas empresas, que também precisa ser discutido. Isso não tá em debate nesse momento no PL 2630, mas é uma discussão que vai precisar vir logo depois, né? O debate sobre regulação de plataformas, ele não termina. Mesmo que a gente consiga aprovar o PL 2630, criar um órgão regulador independente para regulamentar os princípios da lei, tem muitas outras agendas que estão relacionadas às plataformas digitais que precisam ser enfrentadas. O próprio Comitê Gestor da Internet lançou, no final de abril, uma consulta pública que trata de vários outros eixos de regulação possível das plataformas, passando inclusive pela discussão do trabalho decente, por exemplo, em aplicativos como o iFood, como o Uber, ou seja, tem um universo enorme de discussão para acontecer e isso mostra que a internet é muito mais do que essas plataformas e muito mais como você bem disse, do que a web, né? Mas a prova de que essas empresas concentram um poder gigantesco foi exatamente o que aconteceu nessa última semana, nesse enfrentamento por parte das plataformas ao conteúdo do PL 2630. Como a gente já mencionou aqui na nossa conversa, era muito natural que essas empresas fizessem oposição ao projeto de lei. E é democrático que isso seja feito, é democrático que elas participem do debate público, elas foram chamadas para as audiências que aconteceram na Câmara dos Deputados, elas são sistematicamente chamadas para os eventos e para os debates que acontecem, elas podem publicar nas suas páginas institucionais o seu posicionamento, elas compraram um anúncio de página inteira nos jornais, o que ficou bastante, o que gerou bastante preocupação nessa última semana não foi essas empresas externarem a sua opinião e as suas críticas ao projeto de lei, mas elas usarem os seus próprios serviços e o poder econômico que elas têm nesses serviços, quando a gente fala, por exemplo, de um buscador como o Google, que é usado por 97% da população brasileira, a gente está falando de uma concentração gigantesca, usar os seus próprios serviços, as suas próprias plataformas para distribuir uma única visão sobre o projeto, aí a gente está falando de abuso de poder econômico. O Google colocar na linha de baixo do seu campo de busca a sua opinião, e única e exclusivamente a sua opinião sobre o projeto, isso é interferir de uma maneira indevida no debate público. O Twitter impedir que anúncios favoráveis ao projeto 2630 fossem veiculados é abuso de poder econômico. A gente teve outras pessoas falando que estavam tentando fazer posts, impulsionar posts também usando o hashtag 2630, sim, ou 2630 já, ou apoio 2630, e não conseguiam. Então isso mostra que a gente de fato tem uma interferência no debate público por parte dessas empresas, e na nossa avaliação isso só reforça a importância da gente regular, só reforça a importância da gente regular. E o que aconteceu na sequência dessas denúncias muito

sérias sobre esse tema, que inclusive chamaram a atenção, inclusive fora do Brasil, do tamanho do poder que estava sendo mobilizado, dos recursos que estavam sendo mobilizados por parte dessas empresas para impedir a aprovação dessa lei aqui no Brasil. A gente viu que o governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, entrou com uma ação contra essas plataformas justamente por esse abuso do poder econômico. A Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, que é ligada ao Ministério da Justiça, ela tem todas as atribuições para fazer esse tipo de iniciativa quando qualquer empresa abusa do seu poder econômico para se favorecer no mercado, e nesse caso se favorecer no debate de ideias em torno do PL. Agora o ideal seria mesmo que a gente já tivesse, por exemplo, esse órgão regulador funcionando, porque hoje a gente teve um governo que democraticamente interpretou a legislação de defesa do consumidor e acionou as plataformas para dizer que elas tinham que parar de interferir no debate público de uma maneira indevida, que elas poderiam participar, obviamente, do debate público colocando a sua opinião, mas não abusar do seu poder econômico para poder favorecer a sua visão sobre o projeto de lei. Se a gente já tivesse um órgão regulador como esse que está sendo discutido de ser criado no projeto 2630, a gente teria uma independência para fazer isso, a gente teria técnicos e especialistas no tema que poderiam estar olhando para essa questão e acionando as plataformas para pararem de interferir no debate público, de uma maneira que nos parece muito mais democrática, porque, de novo, não é o governo de plantão que estaria fazendo isso, e a gente sempre tem que pensar que quando a gente vai aprovar uma lei ou quando a gente vai deixar de aprovar uma lei, a gente tem que sempre pensar e se o governo fosse outro, e se a linha do governo fosse outra, e se os objetivos do governo fossem outros. Então eu acho que o que aconteceu, além de revelar o tamanho do poder que as plataformas têm, e o quanto que elas estão dispostas a usar esse poder econômico para manter a sua posição dominante de monopólio, de concentração nesse setor, isso mostrou o quanto que a gente precisa do projeto 2630. Acho que foi meio que um tiro no pé delas, porque só reforçou a ideia de que a gente, de fato, sim precisa regular esse poder para que ele seja mais transparente, para que ele seja mais plural, para que ele seja mais democrático, e para que ele não interfira no debate público da maneira que ele quiser interferir. Porque hoje, se as plataformas, por exemplo, umas ou outras, foram mais eficientes, por exemplo, no enfrentamento à desinformação sobre a Covid-19, sobre as vacinas, isso foi porque elas quiseram, e aí a gente fica refém dessas empresas. E numa lei, democraticamente estabelecida, discutida, aprovada no parlamento, para que todos os setores interessados possam discutir, a gente ter um resultado legislativo implementado de uma maneira plural, com participação da sociedade, num organismo independente do governo de plantão, mas também independente das empresas, a gente dá passos adiante na consolidação, não de uma internet, porque isso também não vai impactar o conjunto da internet, mas de um setor importante, relevante para a vida social, que são as redes sociais, as ferramentas de busca e o serviço de mensageria, que pode passar a ser, se a gente conseguir aprovar esse projeto de lei, mais democrático e mais zeloso em relação aos nossos direitos fundamentais e à nossa democracia. Bia, eu poderia ficar te ouvindo por horas, assim como a gente sempre faz nas reuniões e nos seminários. Eu agradeço muito, porque eu estava conversando com a Giullia, que mantém o podcast de pé aqui, que trabalha nos bastidores, que nossas mães e avós vão conseguir entender

esse podcast, vão conseguir entender o que está acontecendo. Eu acho que uma das autocríticas que eu sempre faço para mim e para os meus colegas de luta, seja na pesquisa, seja no ativismo, é que a gente tem a responsabilidade, a obrigação de conseguir fazer qualquer tema de direito digital ser o mais acessível possível. Então, muito obrigada. Tenho certeza que minha mãe e minha vó vão conseguir entender o que está acontecendo agora, o que aparece nos jornais. Eu queria fazer uma última pergunta, na verdade. Não sei se é uma pergunta, eu pedi para você trazer em uma frase. Realmente, a importância da abertura desse debate, porque ao longo desses nove anos, porque ainda não fizemos dez anos no marco civil, nós erramos, apesar de não ter participado da colaboração inicial, me coloco nesse grupo dos erros, nós erramos justamente em não conseguir desmistificar e desconstruir o máximo possível a importância do marco civil para o Brasil e como foi importante na época para posicionar o Brasil em alguns momentos na liderança de governança da internet. Então, acho que para além da importância de discutir a aprovação e depois discutir as melhorias, discutir a importância desse trabalho conjunto que nós estamos fazendo e já pode emendar suas considerações finais e agradecimento se tiver. E da minha parte, já me despeço da galera e agradeço muito mesmo pela disponibilidade e por essa conversa. Nina, olha, você não participou porque você era muito nova, né? Os mais velhos aqui que tiveram que carregar esse piano naquela época. E é da vida, e é assim mesmo. E a internet de 10 anos atrás era muito diferente. Mas eu acho que os princípios que foram estabelecidos no marco civil da internet eles continuam válidos até hoje. A gente precisa de uma internet aberta, a gente precisa de uma internet plural, a gente precisa de uma internet democrática e tudo isso está garantido e está previsto no marco civil da internet. O que a gente não pode é destruir tudo o que foi construído ali com muita participação social, né? Não à toa o marco civil é uma referência internacional até hoje. Não só do ponto de vista das normas que ele traz, mas da forma como ele foi elaborado. E se a gente conseguiu chegar numa lei tão democrática naquele momento foi porque a gente teve muita participação social e isso só reforça a importância da gente participar na discussão do PL 2630 também. E entender que o PL 2630 ele não vem pra modificar o marco civil da internet. Ele vem pra tratar de questões que não foram abordadas naquele momento e entendendo que a gente vai precisar colocar outros tijolinhos em cima desse muro, né? O marco civil da internet fez um alicerce importante, não à toa ele é chamado da constituição da internet, mas agora a gente tem novos desafios que foram fruto do desenvolvimento das plataformas de redes sociais e a gente precisa colocar outros tijolinhos ali nessa casa pra ela continuar parando de pé e pra ela continuar tendo condição de abrigar todo mundo, né? E não só o interesse das empresas, não só grupos extremistas que se aproveitam da arquitetura que as redes sociais têm hoje pra poder ocupar esse espaço e disseminar os seus discursos antidemocráticos, né? Não só quem tá lucrando muito com esse modelo de negócios, mas precisa caber todo mundo se a gente quiser continuar vivendo numa democracia. Então acho que reforçar a importância do marco civil da internet mas entender que a gente precisa dar passos além dele, não sobre ele, né? Mas a partir dele pra frente, pra gente continuar permitindo que essa internet seja plural e democrática. Então convidar todo mundo pra acompanhar essas discussões que ainda vão tomar conta da nossa política brasileira pelas próximas semanas, convidar vocês pra seguirem os canais e as redes sociais porque a gente também tá nessas

plataformas, né? Da coalizão Direitos na Rede, que reúne mais de 60 organizações da sociedade civil que tão discutindo esse tema e produzindo bastante análise, contribuição, inclusive conteúdo bastante fácil de ser absorvido pela sociedade como um todo, né? Quais são os mitos sobre o projeto, outros temas que a gente não teve tempo de discutir aqui que também tão colocados lá no texto da lei, perguntas e respostas, tem um quiz, tem um conteúdo ótimo de perguntas e respostas pra quem quiser entender rapidamente o que o PLE faz, o que o PLE não faz, quais são os riscos que estão colocados, o que precisa melhorar ainda, mas principalmente porque a gente precisa dar esse passo. Então, muitíssimo obrigada a você e a Giullia também por nos ajudar aqui nesse podcast e a gente fica super à disposição pra conversas futuras. Um abração!